



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO
TJMS
CARTÓRIOS

Tribunal de Justiça

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para outorga de delegações de serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS)
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso, o Instituto Consulplan.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-Cartórios-01-02-20>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS
E REGISTRAIS**

01. Sobre emolumentos, é correto afirmar.

a) Apenas estão isentos do pagamento de emolumentos nos RCPN as pessoas que assim requererem, mediante declaração.

b) A informação ao contribuinte por escrito, quando solicitado, do valor dos emolumentos a serem recolhidos, antes da lavratura do ato, desobriga a existência de tabelas nas sedes das serventias.

c) Os assentos de registro civil de nascimento e os de óbito, bem como a emissão da respectiva primeira certidão, realizados gratuitamente pelos cartórios de registro civil das pessoas naturais do ofício de justiça do foro extrajudicial, terão os emolumentos reembolsado pelo FUNJECC, desde que observado o procedimento fixado pela CGJ.

d) Emolumentos têm natureza tributária de taxa, mas por serem classificados como “sui generis”, o princípio da anterioridade é afastado, bastando que o público seja comunicado do aumento pelas tabelas afixadas nas unidades do serviço.

02. A delegação pode ser extinta por:

a) morte, invalidez, renúncia.

b) aposentadoria compulsória, morte, descumprimento da gratuidade legal assegurada aos cidadãos.

c) sentença judicial.

d) reincidência em faltas médias ou leves.

03. Notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem. Isso significa dizer que, em relação à responsabilidade civil,

a) Há responsabilidade objetiva direta do notário e subsidiária do Estado.

b) Há responsabilidade objetiva e solidária do notário e do Estado.

c) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

d) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
NATURAIS**

04. Assinale a sequência correta de acordo com os livros existentes e seus respectivos atos no Registro Civil das Pessoas Naturais, previstos na Lei 6.015/73:

a) Livro A – nascimentos; B – casamentos; C – óbitos; D – Proclamas; B-Auxiliar – Casamento Religioso para efeitos Cíveis; C-Auxiliar – natimortos; E – atos relativos ao estado de pessoa.

b) Livro A – atos relativos ao estado de pessoa; B – Casamento Religioso para efeitos civis; C – natimortos; B-Auxiliar – registro de união estável; C-Auxiliar – óbitos; D – casamentos; E – opções de nacionalidade.

c) Livro A – emancipações; B – Conversão de União Estável em Casamento; C – óbitos; C-Auxiliar – ausência; D – Casamentos; B-Auxiliar – Trasladações de Casamentos; C-Auxiliar – natimortos; E – não há previsão desse livro nessa especialidade.

d) Livro A – nascimentos; B – Trasladações de Casamentos; C – natimortos; D – proclamas; B-Auxiliar – Casamentos; C-Auxiliar – Morte presumida; E – atos relativos ao estado de pessoa.

05. João (brasileiro solteiro) e Giulia (italiana solteira), casaram-se em registro civil no ano de 2018 na Itália e, em 2019, decidiram residir no Brasil. João, já sabendo da necessidade em registrar o casamento no Brasil, apostilou o documento original no país de origem (Itália) e solicitou a tradução do documento junto a um tradutor juramentado (no Brasil).

Ao levar os documentos necessários ao Registro Civil das Pessoas Naturais de sua residência, para efetuar a transladação do casamento, João, relatou ao Titular que a grafia do nome de seu pai estava incorreta no documento italiano e, apresentou sua certidão de nascimento comprovando a grafia correta.

Após deixar os documentos para o registro, João e Maria, foram surpreendidos com nota de indeferimento ao pedido de registro em virtude dos seguintes motivos: a) erro de grafia no nome do pai do contraente; b) falta/omissão do regime de bens e; c) omissão do nome adotado pelo casal, após o casamento.

Diante do caso narrado, analise as alternativas e marque a correta:

a) O oficial de registro civil deverá efetuar o traslado da certidão de assento do casamento do casal, ainda que o requerente relate a eventual necessidade de retificação do seu conteúdo. A respeito da omissão do regime de bens no assento de casamento, lavrado por autoridade estrangeira competente e a omissão dos nomes adotados pelos cônjuges, estes poderão fazer a escolha, do regime de bens e nomes, no mesmo requerimento de pedido de registro, dirigido ao Oficial do Registro, para que conste no assento.

b) O oficial de registro civil não deverá efetuar o traslado da certidão de assento do casamento do casal enquanto a retificação não ocorrer no registro primário (na Itália). Igualmente não poderá trasladar o registro, em virtude da falta/omissão do regime de bens e a alteração (ou não) do(s) nome(s) do(s) contraente(s) de forma expressa.

c) O oficial de registro civil deverá efetuar o traslado da certidão de assento do casamento do casal, ainda que o requerente relate a eventual necessidade de retificação do seu conteúdo. A respeito da omissão do regime de bens no assento de casamento, lavrado por autoridade estrangeira competente, não obstará o traslado. Igualmente não obstará o traslado a omissão dos nomes adotados pelos cônjuges, após o matrimônio, nesse caso, deverão ser mantidos os nomes de solteiro dos cônjuges.

d) O oficial de registro civil não deverá obstar o traslado da certidão de assento do casamento do casal, em função da necessidade de retificação do seu conteúdo. Contudo, a respeito da omissão do regime de bens e do(s) nome(s) das partes, após o casamento, deverão os requerentes, pleitear judicialmente o acréscimo das informações.

06. Assinale a alternativa correta.

a) Os registradores civis são proibidos de preencher a DNV nas hipóteses de nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais de saúde ou parteiras tradicionais, devendo aguardar a regularização por parte dos responsáveis.

b) Constitui justo motivo para recusa da DNV qualquer equívoco a respeito da mãe, mesmo que não comprometa sua identificação, uma vez que o documento não pode apresentar qualquer falha.

c) Se a criança falecer logo após o parto, tendo, no entanto, manifestado qualquer sinal de vida, serão lavrados o registro de nascimento e, a seguir, o de óbito, com os elementos cabíveis e as remissões recíprocas.

d) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo presunção da paternidade, podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente.

07. A respeito das testemunhas no casamento, assinale a sequência correta:

I – deverão estar presentes na celebração de casamento que se realiza na sede do cartório quatro testemunhas.

II – serão seis testemunhas em casos de casamento celebrados fora da sede do cartório;

III - Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas;

IV – Serão quatro testemunhas quando algum dos nubentes não souber ou puder escrever.

- a) Alternativas I e IV, estão corretas.
- b) Alternativas II e III, estão corretas.
- c) Alternativas III e IV, estão corretas.
- d) Todas alternativas estão corretas.

08. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio. Nesse sentido, especificamente a respeito da cremação, o Registrador deverá observar:

- a) A cremação de cadáver somente será por determinação judicial e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista, independentemente do tipo de morte;
- b) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por um (1) médico e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

c) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

d) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos e, no caso de morte violenta, se o atestado de óbito houver sido firmado por um médico legista.

TABELIONATO DE NOTAS

09. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria do TJMS:

- a) Se o tabelião verificar a existência de fato delituoso em tese pelas partes envolvidas no ato notarial pretendido, comunicará o fato imediatamente ao promotor de justiça, que tomará as medidas cabíveis para apuração dos fatos.
- b) Se o tabelião verificar a existência de fato delituoso em tese pelas partes envolvidas no ato notarial pretendido, comunicará o fato, mediante boletim de ocorrência emitido por autoridade policial, ao corregedor geral de justiça.
- c) Se o tabelião verificar a existência de fato delituoso em tese pelas partes envolvidas no ato notarial pretendido, comunicará o fato imediatamente ao juiz corregedor permanente.
- d) Se o tabelião verificar a existência de fato delituoso em tese pelas partes envolvidas no ato notarial pretendido, comunicará o fato imediatamente ao juiz diretor do fórum.

10. No que se refere aos atos notariais, julgue as assertivas:

I - A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata notarial;

II - A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País; assim, se firmada a compra e venda por instrumento particular, não terá o ato qualquer consequência jurídica;

III - A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova absoluta.

IV - a descrição e a caracterização dos imóveis urbanos são dispensados nas escrituras públicas, desde que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis. No entanto, a escritura consignará o número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões previstas em lei.

Estão corretas, apenas, as assertivas:

a) I, II e IV.

b) II e III.

c) II, III e IV.

d) I e IV.

11. Imagine que você é Tabelião de Notas na cidade de Campo Grande. A Sra. Joana comparece na sua serventia e narra que precisa de sua ajuda pois:

(i) é casada com Pedro no regime de separação obrigatória de bens, e esse é seu primeiro casamento;

(ii) é proprietária somente de um imóvel, localizado num bairro nobre da cidade, que adquiriu por herança de sua falecida mãe;

(iii) seu pai, e todos os demais ascendentes, já faleceram;

(iv) não tem filhos, mas o seu marido tem um filho de outro relacionamento, chamado José, com quem não tem grande afinidade, que não trabalha e ainda espalha na cidade inteira que vai herdar seu imóvel, porque o pai Pedro “casou bem”;

(v) tem, dentre outros sobrinhos, uma sobrinha muito querida, Anabela, com quem convive e para quem gostaria de deixar todos os seus bens;

(vi) não gostaria que seu marido Pedro soubesse de suas intenções de deixar tudo para a sobrinha Anabela, pois ele ficaria enciumado, além de ter receio da reação do seu filho José.

(vii) pergunta se pode doar o bem à Anabela sem a ciência do marido Pedro, ou o que poderia fazer para que sua vontade fosse respeitada.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

a) Se Joana fizer testamento deixando tudo para Anabela, ainda assim o marido Pedro teria direito à parte da herança, por ser cônjuge supérstite;

b) Joana pode doar o imóvel à sobrinha Anabela, sem a anuência do marido, na medida em que pelo regime de bens do casamento deles, cada um administra isoladamente seus bens, sem que se fale em anulabilidade do ato de doação.

c) Seria de total ineficácia lavrar testamento deixando tudo para Anabela, pois o marido Pedro é herdeiro necessário, salvo se o marido falecer antes de Joana.

d) O Tabelião deve observar se as disposições do testamento ultrapassam ou não a parte disponível no momento da lavratura do testamento, e portanto, deve exigir todas as certidões imobiliárias atualizadas.

12. Em relação ao Tabelião de Notas:

- a) Exerce função pública, mas em caráter privado;
- b) Sua remuneração é livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho;
- c) Deverá usar o crachá de identificação, enquanto estiver no Município de atuação.
- d) Deverá dar publicidade de todos os atos notariais que praticar, à luz do princípio da publicidade, que também se aplica à sua atividade.

TABELIONATO DE PROTESTOS

13. São espécies de protesto, exceto:

- a) Protesto por falta de pagamento e de aceite.
- b) Protesto por devolução e falta de pagamento.
- c) Protesto por falta de pagamento e especial para fins de falência.
- d) Protesto por falta de pagamento e contra a alienação de bens.

14. Verifique as questões abaixo sobre o protesto.

- O fornecimento de certidões de protestos não cancelados dispensa requerimento por escrito.
- O protesto por falta de aceite pode ser efetuado mesmo após o vencimento da obrigação.
- Para o pagamento do protesto, é possível exigir que seja efetivado através de cheque de emissão de estabelecimento bancário, exceto para empresa de pequeno porte e microempresário.
- O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.
- Os Tabeliães de Protesto podem expedir certidão negativa, se a homonímia puder ser verificada a partir de elementos de identificação que constem dos assentamentos.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- a) F – V – F – F – V
- b) V – F – F – F – V
- c) F – V – V – F – F
- d) F – F – V – F – V

15. Contados da protocolização, o protesto será registrado dentro de:

- a) 1 dia útil
- b) 5 dias úteis
- c) 3 dias úteis
- d) 4 dias úteis

REGISTRO DE IMÓVEIS

16. Os atos registrais de garantia relativos às vias férreas devem ser praticados:

- a) No Registro Imobiliário correspondente à estação final da respectiva linha.
- b) Em todos os Registros Imobiliários pelos quais passar a respectiva linha, correspondentemente ao trecho que integra sua circunscrição territorial.
- c) No Registro Imobiliário correspondente à estação inicial da respectiva linha.
- d) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.

17. Origina-se do cartório de registros:

- a) escritura pública de compra e venda de bem imóvel.
- b) ata notarial.
- c) certidão de matrícula de imóvel.
- d) registro de protesto.

18. Analise as assertivas abaixo sobre a aquisição de imóvel por estrangeiro:

I - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

II - Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, aplica-se o estatuído no artigo 108 do Código Civil.

III - A aquisição de imóvel rural por português que demonstre ter reconhecido a igualdade de brasileiro não se submete à restrição legal de aquisição.

Estão corretas:

- a) Todas as alternativas.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.

19. São objeto de averbação no Registro Imobiliário, de acordo com a Lei 6015/73:

- a) do contrato de locação, para os fins de exercício de direito de preferência e dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada
- b) da legitimação fundiária e da cessão de crédito imobiliário.
- c) da cessão de crédito imobiliário e do contrato de locação, para os fins de exercício de direito de preferência.
- d) dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada e da legitimação fundiária.

20. Quanto à usucapião extrajudicial de um direito real de servidão de passagem aparente, é correto afirmar que:

- a) Não é direito usucapível, e, portanto, não pode ser reconhecido na esfera extrajudicial.
- b) É direito usucapível, e sua aquisição pela usucapião pode ser reconhecida na esfera registral.
- c) É direito usucapível, mas sua aquisição pela usucapião não pode ser reconhecida na esfera extrajudicial.
- d) Não é direito usucapível, salvo se adquirido pela usucapião extraordinária, caso em que pode a aquisição ser reconhecida registralmente.

21. Com relação ao Livro no 5 - Indicador Pessoal do Registro de Imóveis e a Central de Indisponibilidade, descrita no Provimento nº 39/2014 do CNJ, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá ser escriturado eletronicamente em forma de banco de dados informatizada off-line.
- b) A critério do oficial, poderá ser escriturado por meio de fichas arquivadas em ordem alfabética ou em livros encadernados.
- c) Nos termos do art. 3º da Lei no 6.015/1973, poderá ser escriturado em livros encadernados.
- d) Mesmo mantendo banco de dados relacional, será obrigatória a utilização em paralelo de fichas arquivadas em ordem alfabética.

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS**

22. A respeito da escrituração no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e de acordo com a Lei 6.015/73 é correto afirmar:

- a) No livro A, com 150 folhas, serão registradas as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais e, as anônimas.
- b) No livro B, com 150 folhas, serão matriculadas as oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias.
- c) No livro A, com 300 folhas, serão registrados os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias e, não serão registradas neste livro as fundações e as associações de utilidade pública.
- d) No livro B, com 300 folhas, serão registradas as sociedades simples empresárias e os partidos políticos.

23. Consoante a Lei 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) assinale a alternativa correta:

- a) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 102 (cento e dois), com domicílio eleitoral no Brasil.
- b) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 102 (cento e dois), com domicílio eleitoral em, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Estados.
- c) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 101 (cento e um), com domicílio eleitoral no Brasil.
- d) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 101

(cento e um), com domicílio eleitoral em, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Estados.

**REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS**

24. Em 2/7/2019, Ana Maria transferiu sua posição ativa da relação obrigacional de crédito que mantinha perante João (devedor) a Rafael, tendo sido a cessão de crédito apresentada ao registro de títulos e documentos somente no dia 1/8/2019 e registrada, em face do acúmulo de serviços, no dia 11/8/2019. Com base na situação acima, assinale a opção correta.

- a) Caso da ausência de registro do ato obrigacional no prazo legal decorra algum prejuízo a terceiros, as partes estarão sujeitas ao pagamento de multa.
- b) Apresentado fora do prazo, o ato obrigacional somente pode ser registrado após distribuição.
- c) Extrapolado o prazo legal para o registro, a eficácia dos efeitos do registro perante terceiros passou a existir a partir da data de apresentação.
- d) Tendo sido apresentado dentro do prazo legal, o ato obrigacional passou a surtir efeitos, perante as partes e terceiros, na data de sua assinatura.

25. Sobre o registro de títulos e documentos, considere as seguintes afirmações:

- I. O registro do penhor rural é efetuado em serventia diversa do penhor de direitos.
- II. A certidão de nascimento estrangeira apostilada só tem eficácia no Brasil, depois de seu registro no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada por sua tradução juramentada.
- III. Para o registro resumido, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.

São verdadeiras:

- a) I e II.
- b) Todas são verdadeiras.
- c) I e III.
- d) Há somente uma verdadeira.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

26. Acerca do que dispõe o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça sobre o Tabelionato de Protesto, os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolados

- a) dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem de urgência
- b) dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega
- c) imediatamente, obedecendo à ordem cronológica de entrega
- d) dentro de quarenta e oito horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega

27. Assinale a opção que não corresponde com o disposto no o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça sobre o Tabelionato de Protesto

- a) É permitida a lavratura concomitante dos termos de abertura e encerramento dos livros
- b) Os titulares permanecerão nos serviços registrais durante todo o expediente; só se ausentarão por motivo justificável; deve estar presente, nesse caso, o substituto designado para responder pelo serviço na sua ausência e no seu impedimento.
- c) Os delegatários ficam obrigados a divulgar, em local visível ao público, a tabela de custas e de emolumentos.
- d) A intimação do devedor será expedida pelo tabelião e encaminhada ao endereço fornecido pelo apresentante do título ou do documento de dívida. Considerar-se-á cumprida quando comprovada a sua entrega no local indicado

28. Conforme disposto na Lei n. 1.511/1994 que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Mato Grosso do Sul, assinale a opção correta.

a) Os titulares dos escritórios extrajudiciais poderão admitir, com a aprovação do Corregedor-Geral, auxiliares pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Os titulares dos escritórios extrajudiciais poderão indicar substituto escolhido entre seus auxiliares, o qual deverá ser nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

c) O ingresso na atividade notarial e de registro, ressalvada a situação dos atuais titulares, dependerá de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

d) Os atos originais do Tabeliães serão manuscritos de forma legível, ou datilografados, com tinta fixa permanente, podendo ser usados livros de folhas soltas, inclusive para testamentos, previamente rubricados e numerados pelo juiz competente e lançados em ordem cronológica e numérica, sem espaços em branco, abreviaturas, emendas ou entrelinhas não-ressalvadas, borrões, rasuras e outras circunstâncias que possam ocasionar dúvidas, devendo as referências a números e quantidades constar por extenso e em algarismo.

29. Conforme disposto na Lei n. 1.511/1994 que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Mato Grosso do Sul, assinale a opção correta acerca dos Oficiais de Registro de Imóveis

a) Aos oficiais do registro de imóveis incumbe praticar atos referentes ao registro e transmissão de imóveis.

b) Antes de iniciar os registros, averbações ou matrículas, o oficial fará consignar o valor dos emolumentos pagos, repetindo a indicação, obrigatoriamente, ao lançar no traslado da escritura os números do protocolo e do registro, sob pena de multa de até o dobro do emolumento devido.

c) As matrículas, registros e averbações constituem atos exclusivos do oficial do registro ou de seu substituto legal e sempre de responsabilidade daquele que o praticou.

d) Haverá, em cada município, um cartório do registro de imóveis, com atribuições sobre todo o seu território e, havendo mais de um na mesma comarca, sobre a área que lhe for reservada.

30. De acordo com o disposto no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, além dos livros obrigatórios e comuns a todas as serventias, no registro de títulos e documentos, haverá os seguintes Livros:

I - “A”, protocolo para apontamento de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados ou averbados;

II - “B”, para trasladação integral de títulos e de documentos, sua conservação e sua validade

contra terceiros, ainda que registrados, por extratos, em outros livros;

III - “C”, para inscrição, por extratos, de títulos e de documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e de autenticação da data;

IV - “D”, indicador pessoal.

Dentre os livros supracitados, poderá ser escriturado pelo sistema de microfilmagem ou de informatização:

- a) Livro A
- b) Livro B
- c) Livro C
- d) Livro D

DIREITO CIVIL

31. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo não poderão ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira.

b) Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, sendo inadmitida a aplicação de qualquer formalidade exigida pela lei estrangeira.

c) A lei do último domicílio do falecido regula a capacidade para suceder.

d) Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido

de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

32. Com relação às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

a) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões sempre se tomarão pela maioria de votos dos presentes.

c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.

d) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

33. No tocante aos negócios jurídicos, é correto afirmar:

a) Os requisitos e os efeitos da representação legal são os estabelecidos na Parte Especial do Código Civil; os da representação voluntária são estabelecidos pelas partes.

b) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.

c) É nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

d) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

34. No que se refere à prescrição: I - A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados. II - A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. III - A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador. IV - Prescreve em três anos a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembleia que aprovar o laudo.

Aponte as assertivas incorretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

35. Com relação à prova, no Código Civil: I - A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. II - A escritura pública sempre deve conter a declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram. III - Se algum comparecente não puder ou não souber escrever, duas testemunhas assinarão por ele, a seu rogo. IV - O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

Aponte as assertivas incorretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

36. Com relação à cláusula penal, é correto afirmar:

- a) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, dolosamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- b) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- c) Quando a obrigação for indivisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- d) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.

37. Com relação aos contratos em geral, é correto afirmar:

- a) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- b) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, inclusive nos regimes jurídicos previstos em leis especiais.
- c) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da formação do contrato.

38. Segundo a jurisprudência do STJ sobre os contratos de promessa de compra e venda: I - O direito à adjudicação compulsória condiciona-se ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis. II - Havendo compromisso de compra e venda não levado a registro, a responsabilidade pelas despesas de condomínio pode recair tanto sobre o promitente vendedor quanto sobre o promissário comprador, dependendo das circunstâncias de cada caso concreto. III - A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel. IV - É válida cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I, II, III.
- b) II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.

39. Com relação aos direitos reais de garantia: I - O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de excluir a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro. II - O instrumento do penhor deverá ser levado a registro, pelo credor; o do penhor comum será registrado no Cartório de Títulos e Documentos. III - Produz efeitos a extinção do penhor depois de averbado o cancelamento do registro, à vista da respectiva prova. IV - Constitui-se o penhor rural mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição em que domiciliado o devedor.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I, II, III.
- b) II, III e IV.

- c) I e III
- d) II e IV.

40. Com relação ao direito de laje, é correto afirmar:

a) A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.

b) O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, independentemente de autorização expressa dos titulares das demais lajes.

c) Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de quinze dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.

d) O titular da construção-base ou da laje a quem não se der conhecimento da alienação poderá, mediante depósito do respectivo preço, haver para si a parte alienada a terceiros, se o requerer no prazo decadencial de cento e oitenta dias, contado da data de alienação.

41. Com relação ao regime de bens entre os cônjuges, é correto afirmar:

a) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e anulável se não lhe seguir o casamento.

b) No regime de comunhão parcial, excluem-se da comunhão as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

c) No regime de comunhão universal, são excluídos da comunhão as doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade.

d) No regime de participação final nos aquestos, as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro, ou a seus herdeiros.

42. Com relação à disciplina do bem de família no Código Civil, é correto afirmar:

- a) O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.
- b) O bem de família consistirá em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, excluídos valores mobiliários.
- c) Extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges, a dissolução da sociedade conjugal e a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela.
- d) Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

43. Com relação à sucessão testamentária, é correto afirmar:

- a) Ao surdo só se permite o testamento público, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.
- b) No testamento público, o indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, caberá ao tabelião, presentes as testemunhas.
- c) No testamento público, se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião designará substituto legal para fazê-lo.
- d) Pode fazer testamento cerrado o surdo-mudo, contanto que o escreva todo, e o assine de sua mão, e que, ao entregá-lo ao oficial público, ante as duas testemunhas, escreva, na face externa do papel ou do envoltório, que aquele é o seu testamento, cuja aprovação lhe pede.

ECA

44. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura algumas garantias processuais, entre elas:

- a) Nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- b) O pleno e formal conhecimento da atribuição de crime, mediante citação ou meio equivalente.
- c) Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- d) Defesa técnica por advogado e assistência judiciária gratuita e integral a todos.

45. Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- a) Os crimes definidos no ECA são de ação pública incondicionada ou condicionada à representação.
- b) Constitui crime privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, ainda que em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente
- c) Não constitui crime submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento caso o ato seja praticado por seus pais ou responsável legal.
- d) Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, é crime punível com reclusão de um a quatro anos, e multa.

LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

46. Com relação à alienação fiduciária de coisa imóvel estabelecida na Lei 9.514/97, é correto afirmar:

a) No prazo de trinta dias, a contar da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o respectivo termo de quitação ao fiduciante, sob pena de multa em favor deste, equivalente a meio por cento ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato. À vista desse termo de quitação o oficial do competente Registro de Imóveis efetuará o cancelamento do registro da propriedade fiduciária.

b) A alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa móvel.

c) A alienação fiduciária poderá ser contratada apenas por pessoa jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no Sistema Financeiro Nacional.

d) O fiduciante, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de trinta dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

47. Não constitui requisito para a indicação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida:

a) prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

b) prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

c) prioridade de atendimento às famílias de que façam parte mulheres ou crianças em situação de violência doméstica.

d) prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero.

48. No tocante ao condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, é correto afirmar:

a) As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas exclusivamente a fins residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.

b) O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóvel, dele constando; a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.

c) Os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, desde que já construídas, elaborarão, por escrito, a Convenção de condomínio, e deverão, também, por contrato ou por deliberação em assembléia, aprovar o Regimento Interno da edificação ou conjunto de edificações,

d) Considera-se aprovada a Convenção, e obrigatória para os proprietários de unidades, promitentes compradores, cessionários e promitentes cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, a Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, metade das frações ideais que compõem o condomínio.

49. No que se refere às definições estabelecidas pelo Estatuto da Terra: I - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades superiores às da propriedade familiar. II - Imóvel Rural" é o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. III - Não se considera latifúndio o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado. IV - Propriedade Familiar" é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área mínima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

50. Com relação às normas dispostas na Lei 8.245/91: I - O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias. II - Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de trinta dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel. III - A denúncia deverá ser exercitada no prazo de trinta dias contados do registro da venda ou do compromisso, presumindo - se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação. IV - A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

51. Nos termos da Lei 8.906/94, são impedidos de exercer a advocacia:

- a) ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.
- b) ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro.
- c) os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora.
- d) chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

52. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

- a) Ao afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- b) Aos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- c) Aos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- d) Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

53. São hipóteses de suspeição do juiz, exceto:

- a) quando ele for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio
- c) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) quando figurar como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

54. Acerca dos negócios jurídicos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- b) O juiz controlará a validade das convenções relativas aos negócios jurídicos processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- c) O calendário processual será fixado de comum acordo entre as partes, independentemente da concordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, inclusive no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência.
- d) Não se pode dizer que o negócio jurídico processual é uma novidade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, já que o antigo diploma já previa diversos dispositivos que o consagravam.

55. Assinale a alternativa incorreta:

- a) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- b) No caso de ato atentatório à dignidade da justiça praticado no curso do processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da Fazenda Pública.
- c) No cumprimento definitivo de sentença que reconhece a obrigação de pagar quantia certa, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários de advogado de dez por cento.
- d) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

56. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) A concessão da gratuidade da justiça compreende os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.
- b) No procedimento de inventário e partilha, se as partes interessadas forem todas capazes e concordes, os atos poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras. Nesse caso, para a lavratura da escritura, bastará a presença e a assinatura de todos os interessados.

c) É competente o foro do lugar da sede da serventia notarial ou de registro para a ação de reparação de dano por ato causado em razão do ofício.

d) No procedimento de usucapião extrajudicial, a ata notarial é indispensável.

57. Marque a alternativa correta a respeito da ata notarial:

a) Sua previsão como meio de prova já constava no Código de Processo Civil de 1973, sendo reproduzida no CPC de 2015.

b) Ela serve para documentar tanto a prova de existência ou modo de existir de algum fato quanto para atestar uma declaração de vontade.

c) Não é necessária a sua assinatura por testemunhas.

d) Por dispensar procedimento judicial para sua lavratura, a ata notarial pode ser escrita em qualquer idioma.

58. São títulos executivos extrajudiciais:

a) A escritura pública ou outro documento público assinado pelo credor.

b) O contrato de seguro.

c) A sentença arbitral.

d) o crédito decorrente de foro e laudêmio.

59. Assinale a alternativa correta, considerando o entendimento dos Tribunais Superiores:

a) Em procedimento de dúvida, não cabe recurso extraordinário, mas é cabível recurso especial caso a decisão recorrida contrarie lei federal ou lhe negue vigência.

b) O Estado possui responsabilidade civil objetiva, mas subsidiária, pelos danos causados por notários e registradores.

c) Deve ser extinto o processo, sem resolução de mérito, na hipótese de ação em que se pretenda obter do Estado, antes de declarada a nulidade do registro imobiliário, a indenização por dano decorrente de alegada fraude ocorrida em Cartório de Registro de Imóveis.

d) É possível o protesto da Certidão de Dívida Ativa, mas, por se constituir em um mecanismo extrajudicial de cobrança, impede o acesso ao Poder Judiciário para discutir a validade da dívida ou para sustar o protesto.

DIREITO PENAL

60. Assinale a alternativa correta sobre as disposições do Código Penal:

a) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como no momento da ocorrência do resultado.

c) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.

61. Assinale a alternativa que NÃO traz uma modificação trazida pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

a) Passa a ser modalidade equiparada ao tráfico de drogas, crime previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, vender ou entregar drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

b) A Lei 12.850/2013 prevê que as lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.

c) Observados os requisitos previstos no Código Penal, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

d) O crime de roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima, previsto no artigo 157, § 2º, inciso V, passou a ser considerado hediondo.

62. Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – No peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecurável, enseja a extinção da punibilidade.

II – Segundo o STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública. Por isso, o descaminho, crime contra a Administração, não pode ter a incidência de referido princípio.

III – No caso do peculato-eletrônico, previsto no artigo 313-A do Código Penal, somente o funcionário público autorizado pode praticá-lo.

IV – Não se configura o crime de concussão se há exigência de vantagem pelo agente antes de assumir a função pública, ainda que tenha sido em razão dela. Com a Lei 13.964/2019, referido delito passou a ter pena maior do que o crime de corrupção passiva.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) apenas a III.
- c) I e II
- d) II e III.

63. Sobre os crimes do Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O particular que paga a vantagem indevida a um policial que o abordou em uma blitz, atendendo solicitação do próprio policial, comete fato atípico, enquanto o policial o de corrupção passiva.
- b) O advogado que instrui a testemunha a dar testemunho falso deve responder pelo crime de falso testemunho, muito embora se trate de crime de mão própria.

c) O marido de uma presa, contando com a convivência do diretor da unidade prisional, ingressa na unidade prisional, no dia de visitas, com um aparelho celular e o entrega à esposa, que está cumprindo pena em razão de condenação definitiva. O diretor cometeu o crime de prevaricação imprópria (CP, art. 319-A) e a esposa do preso cometeu o delito de favorecimento real impróprio (CP, art. 349-A). Se ficar demonstrado que a executada induziu o marido a levar o celular, também responderá pelo crime de favorecimento real impróprio (CP, art. 349-A).

d) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

64. A respeito das disposições do Código de Processo Penal sobre a ação penal, marque a alternativa correta.

- a) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- b) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mesmo em relação aos que o recusarem.
- c) O inquérito policial é requisito indispensável ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- d) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, é uma condição de procedibilidade da ação penal.

65. Acerca da sentença penal, assinale a alternativa correta.

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que isso não implique pena mais grave.

b) De acordo com o Código de Processo Penal, nos casos de *emendatio libelli*, é imperativo que o juiz determine a reabertura da instrução criminal.

c) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública.

d) Não se admite que a *emendatio libelli* seja aplicada em segunda instância de julgamento.

66. Acerca da competência no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que se iniciou a execução.

b) Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, os crimes de homicídio constituem exceção à ‘teoria do resultado’ adotada como regra pelo CPP, devendo ser adotada, nesses casos, a ‘teoria da atividade’ para fixação da competência territorial.

c) Segundo o CPP, a distribuição não é critério para determinação de competência.

d) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

67. No que tange aos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) No procedimento sumário, poderão a acusação e a defesa arrolarem até o máximo de 5 (cinco) testemunhas cada.

b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, deverá o magistrado determinar a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução para interrogatório.

c) O princípio da ‘identidade física do juiz’ carece de previsão expressa no CPP, sendo, em verdade, uma construção jurisprudencial.

d) A suspensão condicional do processo é instituto despenalizador aplicável apenas às infrações abrangidas pela Lei dos Juizados Especiais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte

b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público

c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

69. Assinale a alternativa incorreta:

a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.

c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

d) Cabe à União Federal, por meio de lei ordinária, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

70. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista que essa atividade é exercida em regime de competição com outras empresas privadas.

b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

71. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

d) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

72. Assinale a alternativa correta:

a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.

b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

73. Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

a) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica. Se a sua posição for posterior à posição do contribuinte, estaremos diante de uma responsabilidade tributária para trás (regressiva).

b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

c) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, ainda que não vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.

d) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

74. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas que levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

75. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

DIREITO COMERCIAL

76. A respeito da capacidade do empresário, assinale a alternativa **correta**:

- a) Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.
- b) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, estará igualmente impedido o incapaz.

c) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, salvo no regime de comunhão universal de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

d) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, desde que averbados no Cartório de Registro Civil.

77. Quanto a EIRELI, assinale a alternativa **correta**:

- a) A EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- b) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para o empresário individual.
- c) Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da EIRELI, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvados os casos de fraude ou má administração.
- d) A EIRELI pode desempenhar atividade não empresarial e, neste caso, será inscrita no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

78. Em relação ao protesto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- b) Quanto aos coobrigados, o protesto do título por falta de pagamento é considerado facultativo, pois o credor não depende do ato notarial para a exigência do crédito na ação cambial de execução.
- c) Legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação, providenciar o cancelamento do protesto.

d) Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

79. No que tange ao cheque, assinale a alternativa **correta**:

a) É nulo o endosso parcial, mas válido se concedido pelo sacado.

b) A apresentação do cheque à câmara de compensação não equivale à apresentação a pagamento.

c) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago.

d) O cheque admite aceite, desde que fornecido por outro sacado.

80. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao nome empresarial:

a) O nome empresarial obedecerá aos princípios da veracidade e da novidade.

b) A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.

c) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

d) O nome empresarial submete-se ao princípio *first come, first served*.

81. Quanto ao sistema recursal na recuperação judicial e falência, assinale a alternativa **correta**:

a) Contra a decisão que conceder a recuperação judicial caberá apelação, que poderá ser interposta por qualquer credor e pelo Ministério Público.

b) Da sentença que julgar a ação revocatória cabe agravo de instrumento.

c) Da decisão que decreta a falência cabe agravo de instrumento.

d) Da sentença que julga a improcedência do pedido de falência cabe agravo de instrumento.

82. A respeito do estabelecimento empresarial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) No caso de trespasse, a cláusula de não concorrência pode ser fixada com prazo indeterminado.

b) Do direito a renovação da locação decaí aquele que não propuser a ação no interregno de 1 (um) ano, no máximo, até 6 (seis) meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

c) O título do estabelecimento não se confunde com o nome empresarial.

d) O valor agregado ao estabelecimento é referido, no meio empresarial, pela locução inglesa *goodwill of a trade*, ou simplesmente *goodwill*.

83. Em relação às Juntas Comerciais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Não podem ser arquivados os documentos que não obedecerem às prescrições legais ou regulamentares ou que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, bem como os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificado anteriormente.

b) Não pode ser arquivada a prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado.

c) Não podem ser arquivados os atos de empresas mercantis com nome idêntico ou semelhante a outro já existente.

d) Não pode ser arquivada a alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, ainda que não possua cláusula restritiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

84. Julgue os itens seguintes, relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais.

a) Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito..

b) O princípio da individualização da pena determina que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, razão pela qual as sanções relativas à restrição de liberdade não alcançarão parentes do autor do delito.

c) Conforme texto constitucional vigente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão de ser comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

d) No âmbito do inquérito policial, cuja natureza é inquisitiva, se faz necessária a aplicação plena do princípio do contraditório, conforme a jurisprudência dominante.

85. Com relação ao disposto na Constituição Federal de 1988 sobre o direito constitucional dos índios, está **INCORRETA** a seguinte afirmação:

a) As Terras Indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e o direito sobre elas é imprescritível.

b) Legislar sobre populações indígenas é assunto de competência privativa da União.

c) Serão asseguradas às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

d) São anuláveis, não produzindo efeitos jurídicos depois dessa declaração, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas.

86. A Constituição Federal de 1988 inovou, ao estabelecer princípios que governam as relações internacionais, marque a alternativa que **NÃO** contempla os princípios fixados pela CF.

a) Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz.

b) Integração econômica entre os povos, prevalência de direitos humanos, erradicação das desigualdades.

c) Não intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados.

d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, não-intervenção, prevalência de direitos humanos.

87. O foro por prerrogativa de função, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

a) pode ser previsto, pela Constituição Estadual, em favor dos Delegados de Polícia, em respeito à autonomia dos estados-membros e ao princípio federativo.

b) teve seu rol de beneficiários reduzido recentemente pelo STF, a exemplo do que já acontece em outros países, como Alemanha, Itália e Portugal.

c) inicia-se com a diplomação do parlamentar federal e encerra-se com o término do mandato, qualquer que seja o estágio do processo.

d) por mutação constitucional, passou a aplicar-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e diretamente relacionados às suas funções, de modo que o crime cometido por parlamentar após a diplomação, mas sem relação direta com o cargo, será processado e julgado em primeiro grau.

88. Um dos princípios consagrados na Constituição, no campo da ordem econômica, é o da livre iniciativa. Todavia, ela reserva para o Estado o monopólio de algumas atividades econômicas que o constituinte reputou estratégicas. Assinale a alternativa que trata corretamente desse modelo de atividades que são monopolizadas pela União.

- a) A refinação e a distribuição do petróleo nacional ou estrangeiro.
- b) A importação, a exportação e o comércio interno do petróleo, do gás natural e de seus derivados
- c) O transporte, por meio de conduto, do petróleo bruto, seus derivados e gás natural, de origem nacional ou estrangeira.
- d) A União pode contratar com empresas públicas ou privadas, nos termos da lei, para pesquisa, lavra e enriquecimento de minério ou minerais nucleares e seus derivados.

89. A atual Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como:

- a) Escrita, outorgada e liberal.
- b) Escrita, semântica e sintética.
- c) Normativa, sintética e cesarista.
- d) Promulgada, dogmática e analítica.

90. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

- a) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.
- c) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.
- d) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

91. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça fica excluído da distribuição de processos no Superior Tribunal de Justiça, competindo-lhe, além de outras atribuições, requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- b) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira das instituições que exercem funções essenciais à Justiça, assim definidas na Constituição da República.
- c) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, conflito de competência instaurado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- d) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça que tenham por fundamento o descumprimento de tratado ou lei federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

92. Segundo o art. 173 da Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando atuarem em regime de mercado, poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- b) o estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista deverá prever a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, o que abrange a participação de acionistas minoritários.
- c) lei complementar reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

d) o estatuto das empresas estatais contera disposições apenas acerca de sociedades de economia mista e empresas públicas, não sendo mencionadas pelo texto constitucional as empresas subsidiárias.

93. Acerca das previsões constitucionais para os agentes públicos, assinale a alternativa correta:

a) o servidor público que for eleito para qualquer cargo eletivo em âmbito federal, estadual ou municipal terá que, obrigatoriamente, se afastar do cargo que vem exercendo.

b) as idades mínimas atualmente previstas no corpo do texto constitucional para a aposentadoria de servidores públicos são de 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens.

c) o servidor público que seja exclusivamente ocupante de cargo em comissão é obrigatoriamente filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

d) a CRFB não prevê a avaliação de desempenho como uma das hipóteses de perda de cargo por parte de servidor público estável.

94. Sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

a) a Constituição Federal prevê a perda dos direitos políticos como uma das penalidades possíveis àquele que tenha praticado ato de improbidade administrativa.

b) a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade (Lei Federal nº 8.429/92) independem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

c) a ação de ressarcimento de ato doloso de improbidade administrativa é imprescritível.

d) a Fazenda Pública prejudicada e o Ministério Público têm legitimidade para serem autores da ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa.

95. Sobre os bens públicos, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas:

() São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

() Não é permitido a utilização remunerada de bens públicos.

() São exemplos de bens públicos de uso especial, os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

() Os bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais são inalienáveis.

() Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

A sequência correta é:

a) V, V, V, F, F

b) F, F, V, V, V

c) V, V, F, F, F

d) V, F, V, F, F

96. Sobre fontes e conceitos iniciais do Direito Administrativo, julgue as assertivas a seguir:

I – Por ser o Direito Administrativo um ramo do Direito Público, os costumes não integram as suas fontes, sendo elas: a lei, a doutrina e a jurisprudência.

II – São alguns dos princípios da administração pública: a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a razoabilidade, a publicidade, a eficiência, a segurança jurídica, a motivação, a ampla defesa, o contraditório e a supremacia do interesse público.

III – Quanto às definições de Governo e Administração, podemos afirmar que esta é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo.

IV – O Direito Administrativo, por não estar codificado, é marcado por uma profusão de leis e atos administrativos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Estão corretas as seguintes:

- a) Todas estão corretas.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.

97. Assinale em Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as afirmações abaixo e em seguida marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

() Ainda que a lei indique como modalidade de licitação o convite, é possível que a Administração Pública realize a modalidade concorrência em seu lugar.

() As hipóteses de dispensa de licitação descritas na lei são meramente exemplificativas.

() Os editais devem prever qualificações de aptidão e de capacidade técnica bastante específicas, adicionais às exigidas pela lei, sobretudo em licitações locais, de modo a evitar a participação de pessoas jurídicas fora da cidade onde será executada a obra.

- a) V, F, F
- b) V, V, F
- c) F, V, F
- d) V, V, V

98. A Constituição de 1988 prevê diversos casos de intervenção estatal na propriedade particular. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- a) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sempre assegurada ao proprietário indenização anterior.
- b) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana será paga previamente e em dinheiro.
- c) a indenização pela desapropriação para fins de reforma agrária deve ser prévia e paga em títulos da dívida agrária.
- d) propriedades que exploram trabalho escravo ou trabalho infantil serão expropriadas sem pagamento de indenização.

99. O Código Tributário Nacional define, em seu art. 78, que o poder de polícia é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Esse poder-dever estatal está previsto no CTN porque pode ensejar a cobrança de um determinado tributo, a saber:

- a) tarifa, tendo em vista o bem-estar social e a melhoria que se promete promover com esse pagamento.
- b) imposto, cuja receita deve custear obrigatoriamente os serviços de fiscalização estatais.
- c) preço público, haja vista a natureza patrimonial da receita exigida.
- d) taxa, enquanto uma das espécies tributárias existentes.

100. Sobre convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.
- b) se o ato foi praticado com vício de incompetência, não se admite, em regra, a sua convalidação.
- c) admite-se convalidação do ato administrativo quanto aos elementos da competência e forma, mas seus efeitos não podem retroagir à data em que foi praticado.
- d) não é admitida a convalidação de atos vinculados.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-Cartórios-01-02-20>

Conheça nossos cursos

Cursos para Cartórios